

***Concessionária do Sistema
Ananguera-Bandeirantes S.A.***

Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2012 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3-15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	16-17
Balanço patrimonial	18
Demonstração de resultado	19
Demonstração do resultado abrangente	20
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	21
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	22
Demonstração do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24 - 63
Proposta da Administração	64

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR AutoBAN vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR AutoBAN continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhangüera Bandeirantes, sempre em consonância com as melhores práticas ambientais.

Também neste exercício a CCR AutoBAN inovou no mercado financeiro ao lançar o primeiro lote de debêntures incentivada, através da Portaria nº 214 com ampla distribuição junto a investidores pessoa física.

A CCR AutoBAN, em 2012 atuou nas seguintes obras de importância para sua Região de atuação:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhangüera;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhangüera km 62 ao 71;
- Implantação de vias marginais na Via Anhangüera km 103 ao 110;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhangüera km 120 ao 128

Investimento em Obras

A CCR AutoBAN, desde o início da concessão, em maio de 1998, já investiu mais de R\$ 4,9 bilhões em obras nas rodovias Anhangüera e Bandeirantes, na melhoria constante dos serviços prestados, em educação, para preparar o motorista de amanhã, em saúde, com programas voltados para os motoristas de caminhão, em segurança, nas melhorias das rodovias, dentre outras ações.

Vidas Salvas

A CCR AutoBAN salva em média 42 vidas por ano: a média mensal de mortes foi reduzida em 16,5%. Em seus 13 anos de história, a CCR AutoBAN reduziu em 64,9% o índice de mortes no Sistema Anhangüera-Bandeirantes, que leva em conta a extensão das rodovias, o fluxo de veículos e número de dias do período, em 4,0% o índice de feridos e em cerca de 18,0% o índice de acidentes.

Centro de Controle Operacional

Em 2012, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou média mensal de 19,7 mil atendimentos, realizados pelos veículos de inspeção de tráfego (7,9 mil), pelos guinchos (9,4 mil), pelos resgates (1,4 mil), pela irrigadeira (571) e 429 atendimentos por outros veículos de apoio operacional (caminhão munck, caminhão de apreensão de animais e outros).

Atendimento Pré-Hospitalar

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em torno de 7'40" minutos, e o guincho, em 16 minutos (tempos em 85% dos casos).

Cenário Econômico

Em 2012, a desaceleração econômica refletiu diretamente no crescimento do tráfego, com crescimento de apenas 1,21% nos eixos equivalentes da categoria comercial:

Eixos Equivalentes		Mil	
<i>Categoria</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>Varição</i>
Passeio	111.456	116.925	4,91%
Comercial	135.941	137.589	1,21%
Total	247.397	254.514	2,65%

Não houve atos Governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado nosso desempenho.

- Especificamente em relação ao IGP-M , que afeta diretamente os reajustes das nossas tarifas, tivemos uma variação de 4,18% em 2010, 9,77% em 2011 e 4,26% em 2012.

Em dezembro de 2011, foi aprovado Termo Aditivo Modificativo que substituiu o índice de reajuste da tarifa de pedágio do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M – para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, com reequilíbrio econômico-financeiro pelo IGP-M. Apesar disso, o reajuste da tarifa aplicado a partir do dia 1 de julho, ainda foi pelo IGP-M.

Para 2013, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,93% do PIB, IGP-M de 4,42%, IPCA de 4,96%, e taxa de câmbio de R\$ 2,09 para cada dólar americano.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação. Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga, e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e, avaliando inclusive a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio e de delimitação e proibição de tráfego pesado no centro expandido do município. Também atuamos no apoio para atração de atividades que incrementem a economia local e que contribuam para a elevação do fluxo de veículos pelas nossas rodovias, como a implantação de Centros de Distribuição de grandes atacadistas.

Maximizar Eficiências Operacionais. Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Explorar e Desenvolver Oportunidades. Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio de tubulações de óleos, gás, água e energia elétrica; (c) viabilização de implantação de empresas que utilizarão o Sistema Anhanguera-Bandeirantes para acessos comerciais, industriais ou particulares a suas instalações; (d) acompanhamento e monitoramento de cargas especiais; e) Controle e regularização de painéis (outdoors / totens) ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes (fora da faixa de domínio).

Tais receitas complementares representam 1,4% de nossas receitas totais.

Toda nossa estratégia vem acompanhada das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade.

Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Juros

A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de:

- IGP-M, relativa a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures);
- TJLP, relativa a empréstimos locais com o BNDES;
- CDI, relativo a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures); e
- IPCA, relativo a empréstimos locais em reais (parte das Debêntures).

A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio.

Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes de Veículos Pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2012, 98,6% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 1,4% resultaram de outras atividades.

Nossa receita operacional bruta aumentou R\$ 150,9 milhões em relação a 2011:

R\$ mil

	2011	2012	Crescimento
Receita de Pedágio	R\$ 1.522.836	R\$ 1.670.155	9,67%
Receita Acessória	R\$ 20.794	R\$ 23.567	13,34%

O número total de Veículos Pedagiados no Sistema Anhanguera-Bandeirantes aumentou de 150 milhões em 2011 para 156 milhões em 2012.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M entre os meses de maio de cada ano e aplicados a partir do dia 1 de julho. Em 2012 a variação do IGP-M ocorrida naquele período foi de 4,26%, o que acarretou na atualização das tarifas de cada praça de pedágio. A partir de 2013 o reajuste das tarifas passará a ser feito pela variação do IPCA e haverá reequilíbrio econômico financeiro se ocorrer variação do IGP-M.

1.2 – Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Em 2012, foram recolhidos aos cofres dos municípios de Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiá, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Caieiras, Americana, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira, Valinhos, Vinhedo, Cajamar, Limeira e São Paulo o montante de R\$ 84 milhões, relativos ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias.

1.3 - Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil e no benefício econômico dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- custos da outorga pagos ao Poder Concedente, cujo montante em 2012 foi de R\$ 192 milhões, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras;
- Custo com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na rodovia; e
- outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

1.4 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração e operação. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

1.5 - Juros e Outras Despesas Financeiras

Os juros consistem primordialmente nos juros decorrentes do nosso endividamento, que são contratados em regime de taxas flutuantes e variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros.

A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes sobre nossas dívidas:

<i>Tipo</i>	<i>Dívida</i>	<i>Taxa</i>
CDI	Debêntures	108%
IGP-M	Debêntures	IGP-M + 10,65%
TJLP	BNDES	TJLP + 2,12%
CDI	Debêntures	103,3%
CDI	Notas Promissórias	105,5%
CDI	Debêntures	109%
IPCA	Debêntures	IPCA+2,71%
CDI	Notas Promissórias	104,5%

1.6 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras são geralmente compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente em CDI, que realizamos com os nossos saldos de caixa, e, assim, variam em função do volume de recursos aplicados e/ou das taxas de juros.

1.7 - Investimentos

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 2.869 milhões (mais de R\$ 4,9 bilhões em valores de hoje), tendo atuado em 2012 em diversas obras e melhorias, sendo destacadas:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhanguera;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 62 ao 71;

- Implantação de vias marginais na Via Anhanguera km 103 ao 110;
- Implantação de faixas adicionais na Via Anhanguera km 120 ao 128;
- Revitalização do Sistema de Arrecadação; e
- Revitalização do Centro de Controle Operacional (CCO).

1.8 – Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor de nossos financiamentos era de R\$ 1.434,9 milhões.

A tabela abaixo apresenta a porcentagem do nosso endividamento em dezembro de 2012:

<i>Dívida</i>	<i>% Endividamento</i>
BNDES	13%
Debêntures	83%
Notas Promissórias	4%

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2012 todos esses índices foram atingidos. Além das restrições sobre a distribuição de dividendos, outras distribuições ou recompras de ações, os contratos impõem limitações para criação de direito real sobre ativos, captação de novas dívidas e realização de operações entre partes relacionadas em bases não equitativas.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal, frente aos debenturistas é anual para as séries 1 e 2 e semestral para a série 3 e anual para as notas promissórias. Para a quarta série de debêntures, ainda estamos no período de carência, até Dezembro/2015.

2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, tínhamos respectivamente 1.259, 1.307 e 1.321 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<i>Categoria</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Administração	90	155	147
Operação	1.169	1.152	1.174
Total	1.259	1.307	1.321
Turn-Over	1,97	1,96	2,09

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2011/2012 foi de 5,0%. O salário normativo da categoria é de R\$ 770,00.

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR AutoBAn relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

3. Redução de Acidentes

Em 2012 foi registrado uma redução de 64,9% no índice de vítimas fatais em relação ao período anterior à concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR AutoBAn continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa de Educação para o Trânsito, onde cerca de 55 mil alunos da rede pública de 18 municípios situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável.
- Programa de Redução de Acidentes – PRA, que é feito através da análise dos acidentes, verificando as incidências e estabelecendo ações para minimizar as ocorrências.

4. Atendimento ao Usuário

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 655 mil atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2012:

●	Inspeção de tráfego	98.874
●	Resgate	17.980
●	Guinchos leves e pesados	109.751
●	Caminhões-pipa e de apreensão de animais	8.262
●	Outros veículos operacionais	3.038
●	Disque CCR AutoBAn, 0800 55 55 50	417.958
●	Total	655.863

Além dos atendimentos do SAU, em 2012 registramos mais de 18,2 mil ligações em nossa Ouvidoria e mais de 3,08 milhões de acessos em nosso site o que de modo geral representou em 2012 um atendimento a usuário a cada 8 segundos.

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de 87 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), cobrem 83,2% do nosso sistema rodoviário, o que, aliado ao 0800 (Disque CCR AutoBAn - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência (CallBox) instalado a cada quilômetro das rodovias do Sistema, ao sistema analisador de tráfego e com a efetiva atuação da inspeção de estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), da CETESB, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

5. Política Ambiental

A CCR AutoBAn está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR AutoBAn tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

6. Responsabilidade Social

Programa Estrada para a Cidadania

Desenvolvido nos municípios de Americana, Caieiras, Cajamar, Cordeirópolis, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itupeva, Hortolândia, Limeira, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, abrange 270 escolas e um público de 55 mil alunos de 4º e 5º ano, além de 3 mil professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente, e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora da sala de aula, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

Programa Estrada para a Saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR AutoBAn lançou o Programa Estrada para a Saúde em agosto de 2006. Em um moderno Centro de Atendimento de 260 m² instalado na Área de Descanso do Caminhoneiro, no km 56 da pista sentido interior-capital da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), junto ao Posto de Serviços Graal, na região de Jundiaí, o Programa oferece atendimentos gratuitos

diários, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 21h30, facilitando e estimulando o comparecimento dos motoristas que podem escolher o dia e horário mais adequado. No local, o caminhoneiro pode fazer exames de tipagem sanguínea, fator Rh, glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultar o médico ou psicóloga e cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo, massagem bioenergética e cuidados com os pés (podologia). Entre agosto de 2006 e dezembro de 2012 o Programa realizou cerca de 70 mil atendimentos, oferecendo acompanhamento contínuo aos profissionais do volante, com orientações preventivas (distribuição de folhetos educativos) para melhorar a qualidade de vida e bem-estar. O projeto tem parceria com a Rede Graal e a Interodonto.

Competências do Saber

Voltado para crianças e adolescentes deficientes auditivos, o projeto Educação para o Pensar ocupa uma posição privilegiada e importante no processo de reabilitação, pois demarca os primeiros e fundamentais passos do participante. Neste projeto, os jovens são estimulados e capacitados para desenvolver competências globais que irão subsidiar seu processo integral de desenvolvimento, desde a capacidade de analisar situações cotidianas até refletir sobre a complexidade de suas emoções. O projeto Educação para o Pensar é uma iniciativa da Ateal (Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem) e atende 60 crianças e adolescentes, de 7 a 18 anos, em Jundiá.

Projeto Guri

Busca promover a inclusão sociocultural de jovens por meio do ensino musical, oferecendo, gratuitamente, aulas de instrumentos de corda, sopro, percussão e canto coral para crianças e adolescentes. A CCR AutoBAN tem parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri dos polos Jundiá, Campinas, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Cordeirópolis. O público beneficiado é de aproximadamente 1.200 crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos.

Projeto Basquete – Treinando para a Vida

O projeto oferece aulas de basquete tendo como vertentes o “ser, conviver, conhecer e fazer”. Uma forma de despertar a autoestima, a atuação em grupo, a convivência familiar e a valorização da vida por meio da prática esportiva. A parceria com o Instituto Barrichelo Kanaan beneficiou os núcleos de Itupeva, Nova Odessa e Perus, que abrange um público de 300 crianças, entre 7 e 14 anos.

Orquestra Sinfônica Limeira

Com o apoio à Sociedade Pró-Sinfônica de Limeira, músicos e jovens alunos da Escola Livre de Música são beneficiados. Com o objetivo da formação de um público de concerto, a orquestra executa um repertório eclético que vai do barroco até a música popular brasileira, passando pelos principais compositores da música erudita. Para formar novos músicos a orquestra oferece, através de sua Escola

Livre de Música, cursos gratuitos nas áreas de cordas, sopros, percussão, viola caipira e coro para 700 alunos. A orquestra realiza durante o ano sua temporada oficial no Teatro Vitória, além de concertos didáticos em bairros e outras cidades da região. Atualmente conta com 60 profissionais, dando não só oportunidade a músicos da região como também contando com a presença de solistas de renome nacional e internacional.

Guardiões da Mata

Por meio da parceria com a Associação Mata Ciliar, o projeto busca encaminhar todo animal silvestre resgatado com vida nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes à Associação Mata Ciliar para ser reabilitado e reintegrado à natureza. A parceria inclui o aprimoramento da capacitação de 140 colaboradores que atuam diretamente no resgate dos animais das pistas. Desde o início da parceria, em 2009, cerca de 150 animais já foram encaminhados à instituição, sendo 20% reintegrados à natureza.

Estrada para a Casa

A CCR AutoBAN iniciou, em maio de 2008, o programa Estrada para Casa, que visa ajudar as crianças desaparecidas a reencontrar o caminho do lar, por meio da divulgação de suas fotos no verso do recibo de pedágio.

Em parceria com a ONG Mães em Luta são selecionadas as fotos das crianças e divulgadas junto com o telefone da ONG: (11) 3224-0935. As imagens no verso do recibo de pedágio da CCR AutoBAN estão impressas horizontalmente, de forma a que sempre uma criança seja identificada na totalidade (sem corte de imagem). Atualmente, pelo menos 350 mil usuários do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem diariamente uma foto.

Na mão certa

O programa é apoiado pelo Grupo CCR que, ao lado de outras grandes empresas, líderes em seus setores de atuação, decidiu abraçar uma causa extremamente delicada: o combate à exploração sexual de menores. O Programa Na Mão Certa, idealizado pelos institutos Childhood e Ethos, quer mobilizar toda a sociedade civil em prol da causa. Estão sendo adotadas diversas estratégias para a busca de soluções mais eficazes, como a criação de um Pacto Empresarial, além de ações voltadas especificamente para os caminhoneiros.

Cine Tela

Idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, o cinema itinerante apresenta uma das maiores taxas de ocupação do cinema nacional: 86%. São exibidas produções nacionais de qualidade na tenda itinerante, instalada em um caminhão equipado com material de última geração, ar condicionado, projeção cinemascope, som stereo surround e 225 lugares. Em 2012, o Cine Tela percorreu os municípios de Jundiaí, Sumaré e Pirituba.

Oficina Cine Tela

O projeto, que também faz parte do Cine Tela, possibilita que jovens da comunidade, a partir dos 15 anos, participem de uma oficina de cinema e produzam três curta-metragens, que são exibidos no evento de encerramento, aberto ao público, com a presença de um cineasta convidado para comentar os trabalhos. Os jovens de Valinhos foram beneficiados em 2012.

Teatro a Bordo

O Teatro a Bordo é um projeto que leva arte, cultura e diversão para os municípios, dentro de um contêiner. Além de espetáculos infantis e adultos, o público pode participar de oficinas de reciclagem e exibições de filmes. Em 2012, as apresentações foram em Louveira e Santa Bárbara D'Oeste.

Salão Internacional do Humor de Piracicaba

A CCR AutoBAn é patrocinadora do Salão Internacional do Humor de Piracicaba. De forma bem-humorada, a Concessionária apresentou em seu espaço a mensagem de Segurança no Trânsito por meio de painéis interativos. Além disso, realizou apresentações do espetáculo Páginas de Aventura, com foco na preservação do meio ambiente, para crianças da rede pública. O Salão do Humor aconteceu de 25 de agosto a 14 de outubro de 2012, no Parque Engenho Central de Piracicaba, e reuniu mais de 80 mil pessoas.

Ações de Voluntariado

Voluntários da Vida

Sensibilizada com a importância da doação voluntária de sangue, a CCR AutoBAn iniciou o Programa Voluntários da Vida em abril de 2006. Uma pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da Concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam serem doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social.

O objetivo do programa é contribuir com os hemocentros e bancos de sangue da região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, no abastecimento de seus estoques, para beneficiar os pacientes da rede hospitalar. Além disso, orienta e incentiva os colaboradores internos da CCR AutoBAn e das empresas do Grupo CCR (Actua, Engelog e Engelogtec) a serem doadores voluntários de sangue. Nas 19 campanhas realizadas até dezembro de 2012, em média três por ano, em Jundiaí, Americana e Campinas, o Programa Voluntários da Vida reuniu cerca de 2.500 doações. As bolsas de sangue, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Americana, Campinas e de toda região de abrangência do sistema. Cada bolsa beneficia diretamente até três pacientes que precisem de transfusão. Desde que foi lançado, o Programa já ajudou quase 8 mil pacientes. São parceiros na ação a Colsan Jundiaí, o Hemocentro de Americana (Fusame) e Hemocentro da Unicamp. Em 2012 participaram 565 doadores, beneficiando 1.695 pessoas.

Campanha do Agasalho

Anualmente a Concessionária realiza a Campanha do Agasalho com o intuito de estimular os colaboradores a exercitarem a cidadania por meio da doação de roupas e agasalhos e beneficiar famílias carentes dos municípios limieiros. Em 2012 a campanha arrecadou 23.215 peças que foram doadas para instituições de 14 municípios.

Natal em Dobro

A campanha Natal em Dobro, que acontece anualmente, visa estimular os colaboradores a exercitarem a solidariedade por meio da doação de alimentos e beneficiar instituições que apoiam famílias carentes dos municípios limieiros. A Concessionária dobra essa quantidade e promove a doação a instituições da região, escolhidas pelos próprios colaboradores. Em 2012 a campanha arrecadou, entre doações dos colaboradores e da Concessionária, 11mil kg de alimentos, que beneficiaram 21 instituições em 9 municípios.

7. Dividendos

Em 2012, em conformidade com as exigências contratuais com o Poder Concedente, com as instituições financeiras e com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, a CCR AutoBAN distribuiu dividendos em Abril e Outubro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 409.500.

8. Reconhecimentos

- A Concessionária tem se destacado pela sua excelência na prestação de serviços, e por isso conquistou dentre outros os seguintes prêmios:
 - Pelo 7º ano consecutivo a Rodovia dos Bandeirantes foi considerada a “Melhor Rodovia do País” pelo Guia 4 Rodas;
 - “Melhor Concessionária”, conquistado pela 7ª vez (2002, 2004, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012), conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
 - Campeã do setor Transporte e Logística pelo ranking das melhores empresas do Brasil, realizado pelo grupo Valor Econômico.

9. Agradecimentos

A CCR AutoBAN agradece a todos os nossos usuários, aos Acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

10. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

11. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2012

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.
Jundiaí – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 3, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109447/O-6

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S. A.
(Companhia aberta)

Balço patrimonial
em 31 de dezembro de 2012.

(Em milhares de Reais)

		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Ativo				
	Nota		Reapresentado	
Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	6	40.900	129.980	69.010
Contas a receber	7	6.673	5.066	4.059
Contas a receber-partes relacionadas	10	96.954	91.825	75.067
Impostos a recuperar		2.913	3.242	12.833
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	4.727	4.727	4.727
Despesas antecipadas		5.573	6.870	5.247
Outros créditos		<u>1.131</u>	<u>686</u>	<u>4.551</u>
Total do ativo circulante		<u>158.871</u>	<u>242.396</u>	<u>175.494</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais		2.943	2.729	2.445
Despesas antecipadas de outorga fixa	9	573.373	458.928	424.632
Despesa antecipada relacionadas à concessão	9	61.451	66.178	-
Contas a receber-partes relacionadas	10	138	-	-
Despesas antecipadas		<u>1.393</u>	<u>1.500</u>	<u>-</u>
		<u>639.298</u>	<u>529.335</u>	<u>427.077</u>
Imobilizado	11	128.479	90.075	72.616
Intangível	12	<u>1.800.180</u>	<u>1.753.640</u>	<u>1.911.957</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.567.957</u>	<u>2.373.050</u>	<u>2.411.650</u>
Total do ativo		<u>2.726.828</u>	<u>2.615.446</u>	<u>2.587.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Passivo				
	Nota		Reapresentado	
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	46.571	46.936	67.866
Debêntures e notas promissórias	14	122.481	1.197.454	286.113
Fornecedores	15	24.337	36.398	49.280
Fornecedores-partes relacionadas	10	5.509	5.681	2.839
Impostos e contribuições a recolher	16a	115.521	33.609	32.121
Obrigações sociais e trabalhistas		13.810	10.981	12.700
Impostos e contribuições parcelados	16b	36.650	34.365	28.922
Provisão de manutenção	19	7.443	59.966	106.875
Obrigações com o poder concedente		4.349	4.753	137.249
Outras contas a pagar		<u>4.931</u>	<u>4.372</u>	<u>12.362</u>
Total do passivo circulante		<u>381.602</u>	<u>1.434.515</u>	<u>736.327</u>
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	143.227	189.127	216.880
Debêntures	14	1.122.587	73.242	292.769
Impostos e contribuições parcelados	16b	364.820	374.562	361.045
Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	17	1.242	625	2.524
Provisão de manutenção	19	603	-	50.473
Imposto diferido	8b	91.726	75.444	59.680
Outras contas a pagar		<u>16.655</u>	<u>17.930</u>	<u>73</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.740.860</u>	<u>730.930</u>	<u>983.444</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	20a	246.750	246.750	246.750
Reserva de lucros	20c	246.616	203.251	246.749
Dividendo adicional proposto	20d	111.000	-	373.874
Total do patrimônio líquido		<u>604.366</u>	<u>450.001</u>	<u>867.373</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.726.828</u>	<u>2.615.446</u>	<u>2.587.144</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	21	1.681.632	1.486.814
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(117.334)	(60.950)
Provisão de manutenção	19	(28.006)	(11.398)
Depreciação e amortização		(89.582)	(76.763)
Custo da outorga		(191.958)	(180.517)
Serviços		(52.388)	(80.610)
Custo com pessoal		(56.097)	(52.118)
Materiais, equipamentos e veículos		(13.895)	(13.266)
Outros		(29.175)	(25.926)
		<u>(578.435)</u>	<u>(501.548)</u>
Lucro bruto		1.103.197	985.266
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(58.516)	(48.087)
Despesas com pessoal		(17.276)	(19.757)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.080)	(2.474)
Depreciação e amortização		(1.714)	(2.065)
Outros		(20.493)	(16.394)
		<u>(100.079)</u>	<u>(88.777)</u>
Outras despesas/receitas operacionais			
Outras receitas operacionais		2.367	2.973
Outras despesas operacionais		(4.020)	(2.037)
		<u>(1.653)</u>	<u>936</u>
Resultado antes do resultado financeiro		1.001.465	897.425
Despesas financeiras	22	(165.350)	(160.754)
Receitas financeiras	22	<u>12.501</u>	<u>13.254</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		848.616	749.925
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	8a	(268.469)	(237.784)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	8b	<u>(16.282)</u>	<u>(15.764)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>563.865</u>	<u>496.377</u>
Lucro líquido por ação-básico e diluído - (em reais -R\$)			
Ordinárias	20e	3,22	2,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S. A.
(Companhia aberta)

Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	563.865	496.377
Outros resultados abrangentes:	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>563.865</u>	<u>496.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2011		246.750	49.350	197.399	373.874	-	867.373
Dividendos distribuídos em 2 de maio de 2011	20d	-	-	-	(98.000)	-	(98.000)
Dividendos distribuídos em 30 de novembro de 2011	20d	-	-	(197.399)	(275.874)	-	(473.273)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	496.377	496.377
Destinações:							
Dividendos intermediários em 30 de novembro de 2011	20d	-	-	-	-	(342.476)	(342.476)
Reserva de retenção de lucros	20c	-	-	153.901	-	(153.901)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		246.750	49.350	153.901	-	-	450.001
Dividendos distribuídos em 27 de abril de 2012	20d	-	-	(152.250)	-	-	(152.250)
Dividendos distribuídos em 29 de outubro de 2012	20d	-	-	(1.651)	-	-	(1.651)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	563.865	563.865
Destinações:							
Dividendos intermediários em 29 de outubro de 2012	20d	-	-	-	-	(255.599)	(255.599)
Dividendo adicional proposto	20d	-	-	-	111.000	(111.000)	-
Reserva de retenção de lucros	20c	-	-	197.266	-	(197.266)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		246.750	49.350	197.266	111.000	-	604.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	563.865	496.377
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.282	15.764
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	4.727	4.727
Depreciação e amortização	91.296	78.828
Baixa do ativo imobilizado	3.476	481
Baixa do ativo intangível	544	1.576
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e notas promissórias circulantes e não circulantes	135.831	99.284
Juros sobre impostos parcelados	27.747	40.267
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	190	(606)
Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	617	2.204
Constituição da provisão de manutenção	28.006	11.399
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.850	17.756
Capitalização de custo de empréstimos	(8.379)	(6.619)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.797)	(401)
Contas a receber - Partes relacionadas	(5.267)	(16.549)
Impostos a recuperar	329	9.591
Despesas antecipadas	1.403	(3.123)
Despesas antecipadas da outorga fixa	(114.445)	(105.201)
Outras contas a receber	(659)	3.581
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(12.061)	(12.882)
Fornecedores - Partes relacionadas	(172)	(5.910)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.829	(1.719)
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	230.167	204.707
Impostos pagos Imposto de renda e contribuição social	(183.459)	(224.526)
Liquidação de provisão de riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	-	(4.103)
Obrigações com o poder concedente	(404)	25.492
Realização da provisão de manutenção	(83.776)	(126.537)
Outras contas a pagar	(714)	9.867
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>700.026</u>	<u>513.725</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(47.454)	(25.766)
Adições ao ativo intangível	(124.427)	(57.087)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(171.881)</u>	<u>(82.853)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(409.500)	(913.749)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil		
Captações	1.144.816	970.583
Pagamentos de principal	(1.224.454)	(332.610)
Pagamento de juros	(128.087)	(94.126)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(617.225)</u>	<u>(369.902)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(89.080)</u>	<u>60.970</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	129.980	69.010
No final do exercício	<u>40.900</u>	<u>129.980</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(89.080)</u>	<u>60.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas			
Receita de pedágio	21	1.670.155	1.522.836
Receita de construção	21	117.334	60.950
Outras receitas	21	23.567	20.794
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(117.334)	(60.950)
Provisão de manutenção	19	(28.006)	(11.399)
Custos dos serviços prestados		(92.607)	(117.546)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(83.733)	(66.148)
Valor adicionado bruto		<u>1.489.376</u>	<u>1.348.537</u>
Depreciação e amortização		<u>(91.296)</u>	<u>(78.828)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>1.398.080</u>	<u>1.269.709</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>12.501</u>	<u>13.254</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.410.581</u>	<u>1.282.963</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		43.905	43.934
Benefícios		16.054	15.449
FGTS		2.521	2.381
Outras		1.524	1.463
Tributos			
Federais		339.999	306.411
Estaduais		185	159
Municipais		84.428	76.815
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		164.515	157.993
Aluguéis		1.626	1.464
Outorga		191.959	180.517
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		366.599	342.476
Reserva de lucros		<u>197.266</u>	<u>153.901</u>
		<u>1.410.581</u>	<u>1.282.963</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2026, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)

 - Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)
- a) Obras concluídas.
- b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstas no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando a declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Réus apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia entre outros argumentos, a prescrição do direito de ação amparada nos termos do inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAN opôs Embargos de Declaração contra a decisão, que não acolher a defesa prévia que foram rejeitados em 29 de julho de 2012, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A AutoBAN ainda não foi citada para contestar a ação.

- Procedimento Administrativo

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S/A (CCR-AutoBan), solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresenta manifestação em 14 de dezembro de 2012, a CCR AutoBan foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos antecedentes à CCR AutoBan.

2 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de Serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM nº 576/09, correlacionada ao CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventualmente participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- **Capital social – ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida, e tem seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº18a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº18b.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão por serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Demonstrações do valor adicionado

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e do consolidado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

s) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC*, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados à remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011;
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012; e
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19, revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações

3 Apresentação demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reclassificações

	31/12/2011			01/01/2011		
	(Apresentado anteriormente)	(Ajuste)	(Reapresentado)	(Apresentado anteriormente)	(Ajuste)	(Reapresentado)
Ativos						
Ativo circulante	242.396	-	242.396	175.703	-	175.703
Ativo não circulante						
Tributos diferidos	131.383	(131.383)	-	129.651	(129.651)	-
Total do Ativo não circulante	2.504.433	(131.383)	2.373.050	2.541.301	(129.651)	2.411.650
Total do Ativo	2.746.829	(131.383)	2.615.446	2.717.004	(129.651)	2.587.353
Passivo						
Passivo circulante	1.434.515	-	1.434.515	736.536	-	736.536
Imposto e Contribuições a Recolher	15.146	18.463	33.609	13.050	19.071	32.121
Imposto de renda e contribuição social	18.463	(18.463)	-	19.071	(19.071)	-
Passivo não circulante						
Tributos diferidos	206.827	(131.383)	75.444	206.827	(129.651)	77.176
Total do Passivo não circulante	862.313	(131.383)	730.930	1.113.095	(129.651)	983.444
Patrimônio Líquido	450.001	-	450.001	867.373	-	867.373
Total do Passivo	2.746.829	(131.383)	2.615.446	2.717.004	(129.651)	2.587.353

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado pelo valor líquido, em razão de a Companhia ter o direito legal de compensar o ativo fiscal contra um passivo fiscal que se relacionarem com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Para fins de comparabilidade foram reclassificados os valores do ativo fiscal diferido para apresentação líquida no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, conforme demonstração:

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas

- 2 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão;
- 7 – Provisão para devedores duvidosos;
- 8b – Impostos diferidos;
- 11 – Depreciação do ativo imobilizado;
- 12 – Amortização do ativo intangível;
- 17 – Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis ;
- 18 – Classificação de arrendamento mercantil;
- 19 – Provisão de manutenção;
- 23 – Mensuração de instrumentos financeiros

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo que é determinado para fins de registro contábil e de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia esta exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (2) IGP-M, CDI e IPCA relativo às debêntures e CDI e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	46.644	90.622	52.694	-
Debêntures e notas promissórias	123.757	282.195	482.500	361.875

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	7.575	4.843
Aplicações financeiras	<u>33.325</u>	<u>125.137</u>
	<u><u>40.900</u></u>	<u><u>129.980</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,03% do CDI, equivalente a 8,31% ao ano (11,50% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2011).

7 Contas a receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Receitas acessórias	3.390	2.788
Pedágio eletrônico – outros	<u>4.913</u>	<u>3.718</u>
	8.303	6.506
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	<u>(1.630)</u>	<u>(1.440)</u>
	<u><u>6.673</u></u>	<u><u>5.066</u></u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	6.259	4.728
Créditos vencidos até 60 dias	302	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	111	36
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	81	93
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>1.550</u>	<u>1.347</u>
	<u><u>8.303</u></u>	<u><u>6.506</u></u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	848.616	749.925
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(288.529)	(254.975)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(256)	(297)
Despesas indedutíveis	(440)	(295)
Incentivo relativo ao imposto de renda	7.273	6.373
Incentivos Fiscais	(2.406)	(2.131)
Juros e multas indedutíveis - Lei 11.941/09	-	205
Outros ajustes tributários	21	(1.033)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>(414)</u>	<u>(1.395)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(284.751)</u>	<u>(253.548)</u>
Impostos correntes	(268.469)	(237.784)
Impostos diferidos	<u>(16.282)</u>	<u>(15.764)</u>
	(284.751)	(253.548)
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Bases ativas			
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	90.184	76.911	43.609
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	31.358	31.392	25.082
Constituição da provisão de manutenção (c)	2.736	20.388	53.499
Provisões para comissões sobre empréstimos	-	-	3.558
Provisão para participação nos resultados (PLR)	766	572	1.098
Provisão para devedores duvidosos	554	490	696
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	472	449	346
Custo da transação na emissão de títulos	285	397	446
Provisão para perda de investimentos	297	297	297
Depreciação, juros sobre leasing e outros	526	274	162
Provisão para contingências	423	213	858
	<u>127.601</u>	<u>131.383</u>	<u>129.651</u>
Bases passivas			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(163.518)	(151.747)	(134.543)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(54.980)	(54.683)	(54.665)
Pagamentos de juros, principal leasing e outros	(829)	(397)	(123)
	<u>(219.327)</u>	<u>(206.827)</u>	<u>(189.331)</u>
Passivo Diferido Líquido	<u>(91.726)</u>	<u>(75.444)</u>	<u>(59.680)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizadas na proporção da resolução final das contingências dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão	
	2012	2011
Circulante	4.727	4.727

	Início da concessão		Extensão do prazo da concessão	
	2012	2011	2012	2011
Não Circulante	61.451	66.178	573.373	458.928

A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão ou pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos a outorga fixa da concessão ou a indenizações de contratos sub-rogados, tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

Para adequação do valor mensal dos custos com outorga fixa o qual o prazo de encerramento da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Serviços Prestados	Receita	Aquisição de intangível	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR S.A - Divisão Actua (a)	23.718	-	-	72	1.999
Outras partes relacionadas					
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	33.748	-	-	104	2.677
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (c)	-	-	329	-	833
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (d)	-	996	-	149	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (e)	15.927	-	-	96.767	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2012				96.954	5.509
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012				138	-
Total, 31 de dezembro de 2012	73.393	996	329	97.092	5.509
Total, 31 de dezembro de 2011	53.165	-	8.543	91.825	5.681

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO realizada em 13 de abril de 2012, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.300, a qual não inclui os encargos sociais.

- a) Prestador de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- b) Prestador de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- d) Contrato para entrega futura de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas; e
- e) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.

a) Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1. Remuneração:		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.303	1.222
2. Outros benefícios		
Provisão de participação no resultado	3.351	3.586
Previdência privada	168	158
Seguro de vida	<u>5</u>	<u>4</u>
	<u>4.827</u>	<u>4.970</u>

b) Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

Profissionais chave

Remuneração à pagar (g)	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	3.472	2.369

Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho da Administração (somente remuneração fixa) e Diretoria.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imobilizações em andamento	-	56.524	-	56.524	48.707		48.707
Máquinas e equipamentos	15	28.019	(16.110)	11.909	25.662	(13.669)	11.993
Móveis e utensílios	12	4.412	(2.265)	2.147	3.859	(2.138)	1.721
Sistemas operacionais	14	115.922	(64.668)	51.254	82.980	(61.445)	21.535
Veículos	21	17.455	(10.810)	6.645	16.240	(10.121)	6.119
		<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>	<u>177.448</u>	<u>(87.373)</u>	<u>90.075</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Imobilizações em andamento	48.707	4.607	(1.882)	5.092	56.524
Máquinas e equipamentos	25.662	2.950	(638)	45	28.019
Móveis e utensílios	3.859	868	(316)	1	4.412
Sistemas operacionais	82.980	40.736	(7.806)	12	115.922
Veículos	16.240	2.365	(802)	(348)	17.455
	<u>177.448</u>	<u>51.526</u>	<u>(11.444)</u>	<u>4.802</u>	<u>222.332</u>

	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Imobilizações em andamento	34.530	28.493	(10)	(14.306)	48.707
Máquinas e equipamentos	20.359	387	(776)	5.692	25.662
Móveis e utensílios	3.012	66	(158)	939	3.859
Sistemas operacionais	77.919	598	(2.390)	6.853	82.980
Veículos	14.419	381	(1.082)	2.522	16.240
	<u>150.239</u>	<u>29.925</u>	<u>(4.416)</u>	<u>1.700</u>	<u>177.448</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.072 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.159 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação da depreciação

	2011		2012		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Sistema Operacionais	(61.445)	(9.870)	6.647	-	(64.668)
Móveis e utensílios	(2.138)	(278)	151	-	(2.265)
Máquina e equipamentos	(13.669)	(2.931)	490	-	(16.110)
veículos	(10.121)	(1.371)	680	2	(10.810)
	<u>(87.373)</u>	<u>(14.450)</u>	<u>7.968</u>	<u>2</u>	<u>(93.853)</u>

	2010		2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistema Operacionais	(54.116)	(9.419)	2.093	(3)	(61.445)
Móveis e utensílios	(2.000)	(257)	119	-	(2.138)
Máquina e equipamentos	(11.469)	(2.840)	637	3	(13.669)
veículos	(10.038)	(1.169)	1.086	-	(10.121)
	<u>(77.623)</u>	<u>(13.685)</u>	<u>3.935</u>	<u>-</u>	<u>(87.373)</u>

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

12 Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

	Taxa anual de amortização %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	2.317.704	(522.148)	1.795.556	2.196.615	(446.995)	1.749.620
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	5.996	(3.666)	2.330	4.344	(3.097)	1.247
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.654	(2.360)	2.294	4.218	(1.445)	2.773
		<u>2.328.354</u>	<u>(528.174)</u>	<u>1.800.180</u>	<u>2.205.177</u>	<u>(451.537)</u>	<u>1.753.640</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Amortização pela curva do benefício econômico

Movimentação do custo

	2011	2012			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.196.615	126.645	(755)	(4.802)	2.317.703
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.344	1.652	-	-	5.996
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.218	437	-	-	4.655
	2.205.177	128.734	(755)	(4.802)	2.328.354

	2010	2011				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura	2.293.886	68.089	(2.182)	(5.190)	(157.988)	2.196.615
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.287	-	(1)	1.058	-	4.344
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.785	1	-	2.432	-	4.218
	2.298.958	68.090	(2.183)	(1.700)	(157.988)	2.205.177

(**) Refere-se parte do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizados pela Companhia, conforme descrito no Terno Aditivo Modificado nº24.

(a) Reclassificação do ativo Intangível para o ativo imobilizado

Movimentação da amortização

	2011	2012			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(446.995)	(75.362)	211	(2)	(522.148)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.097)	(569)	-	-	(3.666)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.445)	(915)	-	-	(2.360)
	(451.537)	(76.846)	211	(2)	(528.174)

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010	2011		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(383.181)	(64.421)	607	(446.995)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.810)	(287)	-	(3.097)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.010)	(435)	-	(1.445)
	(387.001)	(65.143)	607	(451.537)

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.307 no exercício de 2012 (R\$ 2.460 no exercício de 2011). A taxa média mensal de capitalização no exercício de 2012 foi de 1,12 a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,77% a.m. no exercício de 2011.

13 Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2012	Vencimento final	31/12/2012	31/12/2011
BNDES- FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	162	Fevereiro de 2017	172.005	213.351 (b)
BNDES- FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	16.234	20.143 (b)
Bradesco S.A. (Finame)	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	271	463 (c)
Banco Alfa S.A. (Arrendamento Mercantil)	CDI + 1,5 % a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	503	1.335 (c)
Itaú Leasing S.A (Arrendamento Mercantil)	1,2321% a.m	N/I	-	-	Maio de 2014	36	56 (c)
Bradesco S.A. (Arrendamento Mercantil)	1,14% a.m	N/I	-	-	Novembro de 2014	484	715 (c)
Finame Alfa	7,7% a.a	N/I	-	-	Julho de 2017	265	- (c)
Total em moeda nacional						189.798	236.063
						41.274	40.908
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						46.644	47.030
Custos de transação						(73)	(94)
						46.571	46.936
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						143.316	189.299
Custos de transação						(89)	(172)
						143.227	189.127

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada;

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Fiança bancária.
- (c) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2012</u>
2014	45.476
2015	45.146
2016	45.146
Após 2016	<u>7.548</u>
	<u><u>143.316</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

- Em 05 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.
- O principal e os juros estão sendo pagar em parcelas mensais, a partir do dia 15 de março de 2011, até 15 de fevereiro de 2017.
- Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	31/12/2012	31/12/2011	
				31/12/2012					
1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	7	Abril de 2014	53.304	74.035	(c)	
1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	65	Outubro de 2013	30.306	56.255	(c)	
1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	-	Abril de 2012	-	46.736	(c)	
2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	-	Setembro de 2012	-	133.805	(d)	
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.151	4.042	Setembro de 2017	974.667	-	(d)	
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71%	0,0876% (b)	1110	1.091	Outubro de 2017	136.409	-	(d)	
Cetip (Notas promissórias)	105,50% do CDI	0,0559% (a)	562	-	Novembro de 2012	-	959.865	(d)	
Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	54	54	Maió de 2013	50.382	-	(d)	
						<u>1.245.068</u>	<u>1.270.696</u>		
Circulante									
Debêntures e notas promissórias							123.757	1.198.352	
Custos de transação							<u>(1.276)</u>	<u>(898)</u>	
							<u>122.481</u>	<u>1.197.454</u>	
Não Circulante									
Debêntures							1.126.570	73.333	
Custos de transação							<u>(3.983)</u>	<u>(91)</u>	
							<u>1.122.587</u>	<u>73.242</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2012</u>
2014	24.746
2015	120.625
2016	482.500
Após 2016	<u>498.699</u>
	<u><u>1.126.570</u></u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- a. Em 1º de abril de 2006, foram emitidas 51.000 debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 para a 1ª e 2ª séries e 31.400 para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$ 533.883.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- **Primeira série:** A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- **Segunda série:** O pagamento do principal está sendo realizada em parcelas anuais, com vencimento final em 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- **Terceira série:** Esta série foi integralmente liquidada.

Como garantia da emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da Companhia contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a Companhia contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

- b. Esta emissão foi integralmente liquidada em setembro de 2012.

- c. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, totalizando R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R\$ 1 na data da emissão. As debêntures da 1ª série não tem seu valor nominal atualizado e a remuneração é baseada na variação acumulada de 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- **Amortização:** em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- **Juros:** trimestralmente, entre 15 de julho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures tem seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.

Os principais critérios para decretação do vencimento antecipado das debêntures desta emissão são:

- Distribuir dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
 - Distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.
- d.** Em 25 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias, emitindo 380 notas promissórias, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 950.000. As notas promissórias desta emissão foram integralmente liquidadas em novembro de 2012
- e.** Em 14 de novembro de 2012, foi realizada a 3ª emissão de notas promissórias, sendo 50 notas promissórias, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 50.000.

O valor nominal e os juros serão pagos no vencimento, em 3 de maio de 2013.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

15 Fornecedores

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecedores prestados de serviços nacionais (a)	10.749	24.262
Fornecedores prestados de serviços estrangeiros (a)	112	23
Cauções e retenções contratuais (b)	13.476	12.113
	<u>24.337</u>	<u>36.398</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16 Obrigações fiscais

a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	2012	2011
IRPJ e CSLL	100.394	18.463
ISS	8.090	7.655
COFINS	4.373	4.158
IRRF	170	-
PIS, COFINS e CSLL retidos	519	493
PIS	948	901
INSS retido	1.024	1.745
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	3	194
	<u>115.521</u>	<u>33.609</u>

b. Obrigações fiscais federais parceladas

	2011			2012		
	Saldo inicial	Atualizações	Pagamentos	Realização	Transferências	Saldo final
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)						
Circulante	34.365	2.285	(35.504)		35.204	36.350
Movimentação em 2011	28.922	7.971	(23.182)	-	20.654	34.365
Não Circulante	374.562	25.462		-	(35.204)	364.820
Movimentação em 2011	361.045	34.171	-	-	(20.654)	374.562

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à lei 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

17 Provisões para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2011</u>	<u>2012</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/reversão de provisão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Não Circulante				
Cíveis e administrativos	268	586	-	854
Trabalhista e previdenciárias	357	31	-	388
	<u>625</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>1.242</u>
	<u>2010</u>	<u>2011</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/reversão de provisão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
Não Circulante				
Cíveis e administrativos	863	601	(1.196)	268
Trabalhista e previdenciárias	1.661	1.603	(2.907)	357
	<u>2.524</u>	<u>2.204</u>	<u>(4.103)</u>	<u>625</u>

A companhia possui outros processos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis	3.691	16.557
Trabalhistas	8.336	4.018
Tributárias	27.117	23.828
	<u>39.144</u>	<u>44.403</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 100.753 para os processos em andamento.

18 Arrendamento mercantil

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	2012	2011
Até um ano	789	48
Acima de um ano e até cinco anos	657	-

A Companhia opera com 32 veículos de frota (10 em 31 de dezembro de 2011) com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 1.022 em 31 de dezembro 2012 (R\$ 1.165 em 31 de dezembro de 2011).

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 3.032 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor líquido

		<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Sistema Operacionais	14	-	-	-	82.980	(61.445)	21.535
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	48.707	-	48.707
Móveis e utensílios	12	-	-	-	3.859	(2.138)	1.721
Máquina e equipamentos	15	-	-	-	25.662	(13.669)	11.993
veículos	21	3.032	(1.041)	1.991	2.309	(497)	1.812
		<u>3.032</u>	<u>(1.041)</u>	<u>1.991</u>	<u>163.517</u>	<u>(77.749)</u>	<u>85.768</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 184 e R\$ 558 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012		2011	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Até um ano	891	787	1.466	1.155
Acima de um ano e até cinco anos	319	235	1.309	951

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

19 Provisão de manutenção

	2011	2012				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	59.966	27.405	3.848	(83.776)	-	7.443
Não circulante	-	601	2	-	-	603

	2010	2011				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	106.875	39.386	11.323	(126.537)	28.919	59.966
Não circulante	50.473	(27.987)	6.433	-	(28.919)	-

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62% a.a.
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20% a.a.

20 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Representado por 175.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Não houve movimentação das ações durante o período.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2013.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de abril de 2012, foi aprovado em AGO o pagamento dos dividendos complementares relativos aos lucros do exercício de 2011, no montante de R\$ 152.250, correspondentes a R\$ 0,87 por ação, com início de pagamento para em 27 de abril de 2012, tendo sido aprovados e pagos na data prevista.

Em 29 de outubro de 2012, foram distribuídos aos acionistas dividendos intermediários no montante de R\$ 257.250, correspondente a R\$ 1,47 por ação, sendo R\$ 255.599 à conta de lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 30 de julho de 2012 e R\$ 1.651 a conta da totalidade do saldo da reserva de Retenção de Lucros de 31 de dezembro de 2011.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2012, no montante de R\$ 111.000, correspondente a R\$ 0,063429 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

Lucro líquido do exercício	<u>563.865</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>140.966</u>
Dividendos intermediários pagos	255.599
Dvidendo adicional proposto	<u>111.000</u>
	<u>366.599</u>

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro Líquido básico e diluído

(Em milhares, exceto lucro por ação)

	31/12/2012	31/12/2011
Númerador		
Lucro líquido do exercício	563.865	496.377
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>3,22</u>	<u>2,84</u>

21 Receitas

	2012	2011
Receitas de pedágio	1.670.155	1.522.836
Receitas de construção (ICPC 01-R1)	117.334	60.950
Receitas acessórias	<u>23.567</u>	<u>20.794</u>
Receita bruta	1.811.056	1.604.580
Impostos sobre receitas	(129.424)	(118.240)
Devoluções e abatimentos	-	474
Deduções das receitas brutas	<u>(129.424)</u>	<u>(117.766)</u>
Receita líquida	<u>1.681.632</u>	<u>1.486.814</u>

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Resultado financeiro

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(126.222)	(91.611)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.699)	(8.179)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(742)
Juros sobre impostos parcelados	(27.747)	(40.267)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.850)	(17.756)
Capitalização de custos dos empréstimos	8.379	6.619
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(6.211)	(8.818)
	<u>(165.350)</u>	<u>(160.754)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.154	12.319
Juros e outras receitas financeiras	257	316
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	90	506
Descontos obtidos	-	113
	<u>12.501</u>	<u>13.254</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(152.849)</u>	<u>(147.500)</u>

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicativos de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	33.325	-	-	125.137	-	-
Contas a receber	-	6.673	-	-	5.066	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	97.092	-	-	91.825	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(1.023)	-	-	(2.106)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(188.775)	-	-	(233.957)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.245.068)	-	-	(1.270.696)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.923)	-	-	(58.700)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5.509)	-	-	(5.681)
	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>	<u>125.137</u>	<u>96.891</u>	<u>(1.571.140)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos;
- **Debêntures e notas promissórias mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)	Valor Contábil (*)
Debêntures e notas promissórias	1.250.327	1.279.080	1.271.685	1.283.882

(*) Valores brutos dos custos de transação

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Empréstimos e Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicas para financiamento de investimento, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 33.325 em 31 de dezembro de 2012, R\$ 125.137 em 31 de dezembro de 2011.

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas:

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros							
Debêntures	Aumento do CDI	setembro de 2017	Autoban	978.710	(74.136)	(92.741)	(111.374)
Debêntures	Aumento do IGP-M	outubro de 2013	Autoban	30.371	(4.953)	(5.414)	(5.874)
Debêntures	Aumento do IGP-M	abril de 2014	Autoban	53.310	(13.459)	(14.512)	(15.586)
Debêntures	Aumento do IPC-A	outubro de 2017	Autoban	137.500	(12.178)	(13.738)	(15.737)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	maio de 2013	Autoban	50.436	(1.272)	(1.582)	(1.888)
Efeito líquido					(105.997)	(127.987)	(150.460)

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de juros consideradas foram:

CDI (1)	6,90%	8,63%	10,35%
IGPM (2)	7,82%	9,77%	11,73%

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos, cobertura de obra- R\$ 67.792;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade civil – R\$ 86.000;
- Perda de receita – R\$ 148.407.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 367.305, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 83.500 (500 por veículo), para danos morais de R\$ 13.583 (R\$ 81 por veículo), para equipamentos R\$ 3.200 (100 por veículo) e para acessórios R\$ 83 (3 por veículo).

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	2012	2011	2012	2011
Outorga fixa a pagar	1.366.390	1.582.064	1.200.636	1.358.213

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2012, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	256.198	249.541
2014	256.198	237.658
2015	256.198	226.341
2016	256.198	215.563
Após 2016 até 2018	<u>341.598</u>	<u>271.533</u>
	<u>1.366.390</u>	<u>1.200.636</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 222.613 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 199.649 no período findo em 31 de dezembro de 2011).

A AutoBan está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n.º 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.349 (R\$ 4.753 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2012 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 50.633 referente ao direito de outorga variável (R\$ 35.423 no período findo em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 1.148.884 (R\$ 1.079.719 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo de concessão.

d. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins

De acordo com Termo Aditivo Modificado n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixa da Concessão, recompondo o equilíbrio financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

26 Plano de Previdência Privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	2012	2011
Plano de previdência privada (contribuição definida)	639	445

Composição do Conselho da Administração

Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcelos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-03

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013.**

Senhores Acionistas,

Considerando o interesse da Companhia, a Administração da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (“Companhia”) apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2013 (“AGO”):

**1. CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012**

A Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. (i) o Relatório da Administração; e (ii) as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório (parecer) dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

2. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2012

Considerando as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, apresentamos a proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia, a ser deliberada na AGO a ser realizada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei de Sociedades Anônimas”):

- Ao “Resultado do Exercício” da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 563.865.305,83 (quinhentos e sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e três centavos), seja adicionada a “Reserva de Retenção de Lucros” resultante do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 197.266.143,28 (cento e noventa e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e vinte e oito centavos), totalizando-se o valor de R\$ 366.599.162,55 (trezentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e sessenta e dois reais e cinqüenta e cinco centavos), o qual terá a seguinte destinação:

(a) Distribuição de dividendos nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 257.250.000,00 (duzentos e cinqüenta e sete milhões, duzentos e cinqüenta mil reais), correspondentes a R\$1,47 (um real e quarenta e sete centavos) por ação, composto da seguinte forma:

(a.i) R\$ 1.650.837,45 (um milhão, seiscentos e cinqüenta mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos) à conta do saldo da Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2011; e

(a.ii) R\$ 255.599.162,55 (duzentos e cinqüenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e sessenta e dois reais e cinqüenta e cinco centavos) à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2012, correspondente a dividendo intermediário.

Os dividendos supramencionados já foram distribuídos conforme aprovado Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de outubro de 2012.

- Após as destinações acima, o saldo de “Reserva de Retenção de Lucros” da Companhia passará a ser de R\$ 197.266.143,28 (cento e noventa e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e vinte e oito centavos).
- A Administração da Companhia propõe distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais).

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2013

Nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na AGO, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2013, no valor de R\$ 277.325.000,00 (duzentos e setenta e sete milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2013.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 277.325.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 277.326.000,00
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2012	R\$ 197.266.143,28
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 80.059.856,72

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

4. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Indicamos, para ocuparem os 08 (oito) cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, a serem aprovados na AGO da Companhia, e exercerem as respectivas funções conforme mandato previsto em Estatuto Social, os Senhores:

	Nome	Nascimento e idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato Previsto	Outros cargos ou funções na Companhia	Indicados pelos Controladores
1.	Renato Alves Vale	01/05/1948 64 anos	Engenheiro Civil	138.054.446-72	Presidente	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
2.	Italo Roppa	15/06/1954 58 anos	Engenheiro Civil	404.189.877-34	Vice-Presidente	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
3.	Antônio Linhares da Cunha	17/05/1958 54 anos	Engenheiro Civil	414.102.036-20	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
4.	Arthur Piotto Filho	12/06/1958 54 anos	Engenheiro Civil	826.027.518-04	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
5.	José Braz Cioffi	31/01/1961 52 anos	Engenheiro Civil	497.932.926-87	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
6.	Leonardo Couto Vianna	30/05/1953 59 anos	Engenheiro	156.835.756-72	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
7.	Marcus Rodrigo de Senna	24/11/1960 52 anos	Advogado	517.890.356-00	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
8.	Paulo Yukio Fukuzaki	25/01/1964 49 anos	Contador	073.215.168-65	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim

Abaixo, seguem as biografias resumidas dos indicados aos referidos cargos:

1. Renato Alves Vale O Sr. Renato, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 11 de abril de 2006, está sendo indicado para reeleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Vale exerce os cargos de: (i) diretor Presidente da CCR S.A. (“CCR”) desde 30 de abril de 1999; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“RodoNorte”), desde 28 de abril de 2000; (b) Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (“STP”), desde 16 de janeiro de 2004; (c) Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“ViaLagos”), desde 30 de abril de 2004; (d) Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra”), desde 17 de maio de 2004; (e) Concessionária de Rodovias do Oeste – ViaOeste S.A. (“ViaOeste”), desde 07 de março de 2005; (f) Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaQuatro”), desde 17 de março de 2006; (g) Companhia de Participação em Concessões (“CPC”), desde 08 de janeiro de 2008; (h) Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (“RodoAnel Oeste”), desde 08 de janeiro de 2008; (i) CPCSP - Companhia de Participações em Serviços Públicos (“CPCSP”), desde 19 de dezembro de 2008; (j) Controlar S.A. (“Controlar”), desde 13 de agosto de 2009; (l) Actua Assessoria S.A. (“Actua Assessoria”), desde 10 de maio de 2010; (m) Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“SPVias”), desde 22 de outubro de 2010; (n) Barcas S.A. – Transportes Marítimos (“Barcas”), desde 02 de julho de 2012; e (o) Companhia de Participações Aeroportuárias (“CPA”), desde 22 de outubro de 2012. Anteriormente, o Sr. Renato atuou como Diretor Presidente e Diretor de Engenharia da Companhia. Antes de iniciar suas atividades no negócio de concessões em 1995, ocupou vários cargos administrativos na Construtora Mendes Jr. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, NovaDutra, RodoNorte e ViaOeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

2. Ítalo Roppa: O Sr. Ítalo, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2008, está sendo indicado para reeleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Ítalo exerce também os cargos de: (i) diretor Vice-Presidente de Gestão da CCR, desde 1º de novembro de 2005; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte, desde 1º de novembro de 2005; (b) STP, desde 16 de novembro de 2005; (c) ViaQuatro, desde 17 de março de 2006; (d) ViaLagos, desde 11 de abril de 2006; (e) NovaDutra, desde 27 de abril de 2007; (f) ViaOeste, desde 27 de abril de 2007, (g) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (h) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (i) Renovias Concessionária S.A. (“Renovias”), desde 03 de junho de 2008; (j) Actua Assessoria, desde 10 de maio de

2010; (l) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; e (m) Barcas, desde 02 de julho de 2012. Anteriormente, de 2002 a 2005, o Sr. Ítalo exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia. Antes disso, trabalhou na NovaDutra e na Construtora Mendes Junior S/A. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, NovaDutra, ViaOeste e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

3. Antonio Linhares da Cunha: O Sr. Antonio, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 11 de abril de 2006, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Antonio exerce também os cargos de: (i) diretor de Desenvolvimento Empresarial da CCR, desde 31 de março de 2005; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte, desde 1º de setembro de 2003; (b) ViaLagos, desde 29 de abril de 2005; (c) ViaQuatro, desde 17 de março de 2006; (d) ViaOeste, desde 31 de maio de 2007; (e) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (f) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (g) Renovias, desde 03 de junho de 2008; (h) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (i) STP, desde 03 de fevereiro de 2009; (j) Controlar, desde 13 de agosto de 2009; (l) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (m) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; e (n) Barcas, desde 02 de julho de 2012. Anteriormente, o Sr. Antonio atuou durante 10 anos no desenvolvimento de negócios da Andrade Gutierrez, inclusive nos programas de concessão de rodovias. Anteriormente, trabalhou também, durante dez anos, na área de orçamentos da Construtora Mendes Jr. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, RodoNorte e ViaOeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

4. Arthur Piotto Filho: O Sr. Arthur, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2008, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Arthur exerce também os cargos de: (i) diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CCR, desde 12 de dezembro de 2007; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) NovaDutra, desde 12 de dezembro de 2007; (b) ViaLagos, desde 12 de dezembro de 2007; (c) ViaQuatro, desde 12 de dezembro de 2007; (d) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (e) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (f) STP, desde 30 de abril de 2008; (g) ViaOeste, desde 28 de agosto de 2008; (h) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (i) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (j) Renovias, desde 04 de junho de 2010; (l) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (m) Barcas, desde 02 de julho de

2012; e (n) CPA, desde 22 de outubro de 2012. O Sr. Arthur é integrante da CCR desde seu início em 1999 e atuou como Gerente Financeiro até a abertura de capital, em fevereiro de 2002, quando passou a dedicar-se ao relacionamento com investidores. Antes de ingressar na Companhia, atuou no Grupo Camargo Correa nas áreas de Financiamentos Estruturados, Tesouraria e Planejamento Estratégico. Graduou-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, ViaOeste e NovaDutra, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

5. José Braz Cioffi: O Sr. José, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2011, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. José exerce também os cargos de: (i) diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios da CCR, desde 1º de outubro de 2010; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) NovaDutra, desde 29 de abril de 2011; (b) RodoNorte, desde 29 de abril de 2011; (c) Controlar, desde 29 de abril de 2011; (d) RodoAnel Oeste, desde 29 de abril de 2011; (e) Actua Assessoria, desde 29 de abril de 2011; (f) SPVias, desde 30 de abril de 2011; (g) Concessionária Transolímpica S.A. (“Transolímpica”), desde 20 de abril de 2012; e (h) Barcas, desde 02 de julho de 2012. Anteriormente, de 2005 a 2010, o Sr. José ocupou o cargo de Diretor Presidente da ViaOeste e, de 2008 a 2010, ocupou o cargo de Diretor Presidente na RodoAnel Oeste. Foi também Diretor da Concessionária da Ponte Rio – Niterói S.A. (“Ponte”) e da ViaLagos, por 10 anos. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e é Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela FGV. Exceto pelos cargos que ocupa atualmente na CCR, RodoNorte, NovaDutra e ViaOeste e pelos cargos que ocupou na ViaOeste, RodoAnel, Ponte e ViaLagos, bem como para o qual está sendo indicado para reeleição, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

6. Leonardo Couto Vianna: O Sr. Leonardo, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2008, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Leonardo exerce também os cargos de: (i) diretor responsável pela área de desenvolvimento em novos negócios da CCR, desde 18 de março de 2004 e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (b) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (c) NovaDutra, desde 17 de maio de 2004; (d) ViaLagos, desde 30 de abril de 2004; (e) ViaOeste, desde 07 de março de 2005; (f) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (g) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (h) RodoNorte, desde 1º de setembro de 2003; (i) ViaQuatro, desde 17 de março de 2006; (j) STP, desde 16 de janeiro de

2004; (l) Controlar, desde 13 de agosto de 2009; (m) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (n) Renovias, desde 03 de junho de 2008; (o) Transolímpica, desde 20 de abril de 2012; e (p) Barcas, desde 02 de julho de 2012. Anteriormente, de 18 de setembro de 1998 a 30 de abril de 2003, o Sr. Leonardo ocupou o cargo de Diretor de Obras da NovaDutra. Antes de entrar para o grupo, o Sr. Leonardo ocupou diversos cargos na Construtora Mendes Júnior S.A. Formou-se em engenharia civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e em direito pela Universidade Paulista - UNIP. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, ViaOeste, NovaDutra e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

7. Marcus Rodrigo de Senna: O Sr. Marcus, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 24 de abril de 2009, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Senna exerce os cargos de: (i) diretor Jurídico da CCR, desde 28 de novembro de 2008 e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (b) RodoNorte, desde 16 de abril de 2009; (c) RodoAnel Oeste, desde 28 de abril de 2009; (d) CPC, desde 30 de abril de 2009; (e) NovaDutra, desde 30 de abril de 2010; (f) ViaLagos, desde 30 de abril de 2009; (g) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (h) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (i) ViaOeste, desde 29 de abril de 2011; e (j) Transolímpica, desde 20 de abril de 2012. O Sr. Marcus é integrante do Grupo CCR desde 1999 e atuou como Gerente Jurídico da Companhia até 2002. Com a criação da Actua Assessoria, o centro de serviços compartilhados do Grupo CCR, o Sr. Marcus assumiu a Gerência Jurídica de tal empresa até 2004, quando passou a integrar o Jurídico da CCR como responsável pelos assuntos estratégicos do Grupo CCR. Anteriormente, o Sr. Marcus atuou na área de contencioso e consultoria. Formou-se em 1986 pela Universidade Federal de Minas Gerais e é pós graduado em 2003 pela Fundação Getulio Vargas no curso de MBA – Direito da Economia e Empresa. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia, e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, NovaDutra, RodoNorte e ViaOeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

8. Paulo Yukio Fukuzaki: O Sr. Paulo, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2011, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Paulo exerce também os cargos de: (i) diretor de Planejamento e Controle da CCR, desde 1º de outubro de 2010 e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) Actua Assessoria, desde 1º de outubro de 2010; (b) ViaLagos, desde 07 de outubro de 2010; (c) RodoAnel Oeste, desde 07 de outubro de 2010; (d) CPC, desde 07 de outubro de 2010; (e) SPVias, desde 22 de

outubro de 2010; (f) CPCSP, desde 07 de novembro de 2010; (g) STP, desde 16 de dezembro de 2010; (h) ViaQuatro, desde 27 de janeiro de 2011; (i) RodoNorte, desde 29 de abril de 2011; (j) Transolímpica, desde 20 de abril de 2012; (l) Barcas, desde 02 de julho de 2012; e (m) CPA, desde 22 de outubro de 2012. Anteriormente, o Sr Paulo atuou como Diretor Presidente da Actua Assessoria durante 05 anos. Antes de entrar para o grupo CCR, o Sr. Paulo exerceu o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Marsh Corretora de Seguros. Formou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia São Luis e fez MBA em Gestão de Finanças e Riscos pela FEA-USP. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia, e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração, nos últimos 05 anos, esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Conselho de Administração:

Eu, **Renato Alves Vale**, indicado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Italo Roppa**, indicado para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Antônio Linhares da Cunha**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Arthur Piotto Filho**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **José Braz Cioffi**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Leonardo Couto Vianna**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Marcus Rodrigo de Senna**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Paulo Yukio Fukuzaki**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros da Administração da Companhia.

Desta forma, para o exercício de 2013, propomos o montante de até R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), para a remuneração dos Administradores da Companhia, incluindo honorários e eventuais gratificações, não incluídos neste cálculo os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da Lei de Sociedades Anônimas.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais Administradores e seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

Jundiaí, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração